REQUERIMENTO

As obras de melhoramento do porto do Topo, no concelho da Calheta, em São Jorge, estão prometidas há duas décadas e veem sendo sucessivamente adiadas, apesar dos anúncios de projeto e de adjudicação por parte do Governo Regional dos Açores.

A 26 de Novembro de 2015 foi apresentado um projeto para a "Empreitada de melhoramento do porto do Topo" e anunciada a abertura de concurso público, publicada em Diário da República, para a realização desta mesma empreitada, no valor de 3.120.000,00 (Três milhões cento e vinte mil euros).

Mas a 18 de Abril de 2016, conforme Resolução do Conselho de Governo, o valor da obra foi alterado para o preço base de 5.220.000,00 (cinco milhões, duzentos e vinte mil euros), um aumento para quase o dobro do orçamento inicial, ao qual acresce ainda o IVA à taxa legal em vigor.

Em ano de eleições regionais, o Governo Regional dos Açores adjudicou a obra a 4 de julho de 2016 ao consórcio Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A. e ETERMAR – Engenharia e Construção, S.A., com um prazo de execução de 24 meses após a consignação, tendo o então Secretário Regional do Mar, Fausto Brito e Abreu, reiterado que esta intervenção no Topo "resulta de um compromisso assumido pelo Governo dos Açores".

"A solução projetada prevê a criação de uma nova rampa de varadouro, a construção de um molhe cais a sul do atual cais, sendo que na base da falésia será construído um muro para proteger a zona utilizável do terrapleno contra as quedas de material da falésia", explicava o Governo em nota publicada no Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Ilha de S. Jorge
Rua do Roque Afonso, nº 3 / 9800 – 558 – Velas (São Jorge)
Tel. 295 404 094 / Fax. 295 412 857 / Telemóvel 919 576 290 / e-mail: apedroso@alra.pt

No entanto, mudou o Governo e o atual secretário regional do Mar, Gui Menezes, anuncia, a 9 de março de 2017, que a intervenção no porto do Topo não vai avançar este ano porque "houve um problema com o visto do Tribunal de Contas" e adiantou ainda que o Governo terá que rever e reformular o projeto para que a obra possa avançar em 2018.

O porto do Topo, pela sua importância estratégica, quer seja ao nível das atividades económicas ligadas ao mar, ao nível do turismo e da própria coesão territorial, não pode servir de bandeira eleitoral para o Governo Regional do Açores, liderado pelo Partido Socialista, acenar sempre que se aproximam as eleições legislativas regionais.

O porto do Topo serviu, num passado recente, de ponto de ligação marítima para passageiros e carga com a ilha Terceira através das ligações regulares semanais asseguradas pelos barcos "Santo Amaro" e "Espírito Santo".

Sendo a ilha de São Jorge uma ilha de coesão, a mobilidade também associada ao turismo interno e externo é crucial para o incremento e o desenvolvimento do setor do Turismo na ilha. Este porto, pela sua localização, possibilita simultaneamente atividades marítimo-turísticas no norte e sul da ilha, numa altura em que a procura por essas atividades aumenta, não obstante o elevado grau de dificuldade de acesso a este porto para viaturas de turismo.

Além disso, o porto do Topo está classificado como porto de pesca e o projeto inicial previa, e bem, conforme publicado em Diário da República, o "aumento da área em terra destinada ao estacionamento de embarcações", a "ampliação da frente de acostagem" bem como a "melhoria das condições de serviço do cais existente".

O porto do Topo carece de uma intervenção urgente com vista à melhoria das condições de trabalho dos pescadores e para as atividades marítimo-turísticas.

grupo parlamentar

Assim, ao abrigo do disposto regimentalmente, solicita-se ao governo as seguintes informações:

1 - A que ficou a dever-se o aumento do valor da obra no porto do Topo, conforme Resolução do Conselho de Governo de 18 de abril de 2016?

2 – O aumento do valor da obra ficou a dever-se a alterações ao projeto inicial? Se sim, que alterações foram introduzidas?

3 – Se a obra foi adjudicada a um consócio, porque é que este consórcio não avançou com a intervenção naquela infraestrutura?

4 - O Governo invoca um problema com o visto do Tribunal de Contas para que a obra não avançasse. Qual o problema identificado pelo Tribunal de Contas?

5 – O Governo já anunciou que vai ser preciso rever e alterar o projeto. Que alterações vão ser introduzidas?

6 – O Governo admite reduzir o valor da intervenção no porto do Topo? Em que montante?

7 – Em que data prevê o Governo apresentar o novo projeto?

Velas, 25 de julho de 2017

O Deputado Regional

António Pedroso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 2543 Proc. n.º 51.03.05
Data: 017 / 07 / 25 N.º 280 XI

Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Ilha de S. Jorge
Rua do Roque Afonso, nº 3 / 9800 – 558 – Velas (São Jorge)
Tel. 295 404 094 / Fax. 295 412 857 / Telemóvel 919 576 290 / e-mail: apedroso@alra.pt